

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/03/2017

- [Servidor do TJPE realiza Vakinha Virtual para tratar doença rara do filho](#)
- [Estudo mostra que 40% das crianças de 0 a 14 anos no Brasil vivem na pobreza](#)
- [Justiça paranaense dá apoio psicológico a crianças vítimas de abuso sexual](#)
- [Brasil tem 2,6 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, diz estudo](#)
- [PM recaptura 11 internos que tinham fugido durante tumulto em unidade da Funase na Zona da Mata de PE](#)
- [Plano para Funase está atrasado](#)
- [CNDH já constatava “cenário de violações de direitos humanos e atentado à vida” em unidades do Sistema Socioeducativo de Pernambuco](#)

Assunto: Servidor do TJPE realiza Vakinha Virtual para tratar doença rara do filho

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 21/03/2017



Um gesto de amor e de solidariedade em prol do bebê Daniel. O filho do servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Gabriel Fernandes, sofre de atrofia muscular espinhal (AME) tipo 1, uma doença rara, degenerativa e progressiva. A esperança para a criança é um tratamento novo com o medicamento Spinraza, vindo dos Estados Unidos, que custa 3 milhões de reais e promete estagnar a doença.

Para levantar essa alta quantia, o analista de suporte da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) criou, junto com sua família, a campanha AME Daniel nas redes sociais – uma vaquinha



O analista de suporte da Setic, Gabriel Fernandes, com o filho Daniel

virtual que recolhe doações em dinheiro. Saiba como ajudar **AQUI**

Daniel tem 1 ano de vida e, por conta da atrofia, apresenta grande dificuldade para respirar e deglutir. Em decorrência de uma pneumonia, o bebê passou dois meses internado e se alimenta por meio de uma gastrostomia – sonda colocada na barriga – e também precisa de ventilação mecânica – pelo menos 14 horas por dia – para respirar. O bebê vive em internação domiciliar e necessita de acompanhamento técnico 24 horas: fisioterapias motora e respiratória, terapia ocupacional, fonoaudiologia e visitas médicas e de enfermagem.

O servidor do TJPE conta que, após o fechamento do diagnóstico de Daniel, em junho de 2016, surgiram muitas incertezas, além de uma rotina de médicos e terapias. “A incerteza se transformou em esperança, união e fé através de familiares, amigos e pessoas que sequer conhecíamos. Quero agradecer não só as doações, mas todos os compartilhamentos, mensagens de carinho, todas as ofertas de apoio que recebemos nos últimos dias. Muitos pais têm nos procurado e estamos muito emocionados com essa repercussão. Muito obrigado!”, desabafa Gabriel.

Por fim, a família informa que caso Daniel consiga a medicação Spinraza por vias mais rápidas, sem usar o dinheiro arrecadado na Vakinha Virtual, todas as doações serão revertidas para associações e centros que apoiam crianças deficientes. Contribua e ajude Daniel a conhecer uma vida nova!

Doações:

Daniel Spinelli Fernandes

CPF 136.816.324 – 64

www.vakinha.com.br/vaquinha/ame-daniel-ajude-a-conseguir-conseguir-o-spinraza/

Banco Santander (033)

Agência 4001 / Poupança 60057244-9

Banco do Brasil (001)

Agência 8634-7 / Poupança 291-7/ Variação 51

Assunto: Estudo mostra que 40% das crianças de 0 a 14 anos no Brasil vivem na pobreza

Fonte: Portal Andi

Data: 21/03/2017



Cerca de 17 milhões de crianças até 14 anos – o que equivale a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária – vivem em domicílios de baixa renda. No Norte e no Nordeste, regiões que apresentam as piores situações, mais da metade das crianças [60,6% e 54%, respectivamente] vivem com renda domiciliar *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário mínimo. Desse total, 5,8 milhões vivem em situação de extrema pobreza, caracterizada quando a renda *per capita* é inferior a 25% do salário mínimo.

Os dados fazem parte do relatório *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*, documento que faz um panorama da situação infantil no país, divulgado pela Fundação Abrinq. O estudo foi feito utilizando dados de fontes públicas, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesta quarta edição, a publicação reúne 23 indicadores sociais, divididos em temas como trabalho infantil, saneamento básico, mortalidade e educação. A publicação também apresenta uma série de propostas referentes às crianças e que estão em tramitação no Congresso Nacional.

“Nesta edição, além de retratar a situação das crianças no Brasil, também apresentamos a Pauta Prioritária da Infância e Adolescência no Congresso Nacional. O conteúdo revela as principais proposições legislativas em trâmite no Senado e na Câmara dos Deputados, com os respectivos posicionamentos da Fundação Abrinq baseados na efetivação e proteção de direitos da criança e do adolescente no Brasil”, disse Heloisa Oliveira, administradora executiva da Fundação Abrinq.

Violência

Um dos temas abordados no documento é a violência contra as crianças e adolescentes. Segundo o estudo, 10.465 crianças e jovens até 19 anos foram assassinados no Brasil em 2015, o que corresponde a 18,4% dos homicídios cometidos no país nesse ano. Em mais de 80% dos casos, a morte ocorreu por uso de armas de fogo. A Região Nordeste concentra a maior parte desses homicídios (4.564 casos), sendo 3.904 por arma de fogo.

A publicação também mostra que 153 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes chegaram ao Disque 100 em 2015, sendo que em 72,8% das ligações a denúncia se referia a casos de negligência, seguida por relatos de violência psicológica (45,7%), violência física (42,4%) e violência sexual (21,3%).

Trabalho infantil

Com base em dados oficiais, o documento revelou que as condições do trabalho infantil estão mais precárias. Embora tenha diminuído o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na faixa de 10 a 17 anos [redução de cerca de 659 mil crianças e adolescentes ocupados em 2015 em comparação a 2014], houve aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos ocupadas.

O universo de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalhavam n somou 2,67 milhões em 2015. Mais de 60% delas são do Nordeste e do Sudeste, mas a maior concentração ocorre na Região Sul.

O estudo mostrou também dados mais positivos, como a taxa de cobertura em creches do país, que passou de 28,4% em 2014 para 30,4% em 2015 - ainda distante, no entanto, da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, de chegar a 50% até 2024.

Assunto: Justiça paranaense dá apoio psicológico a crianças vítimas de abuso sexual

Fonte: CNJ

Data: 21/03/2017



Um projeto da Justiça paranaense tem oferecido a crianças vítimas de abuso sexual um acompanhamento psicológico semanal e gratuito, por tempo indeterminado, por equipes multidisciplinares de universidades. “Enxugue essa Lágrima”, é o nome do projeto de parcerias do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) com quatro universidades de Curitiba, e começa a se expandir para cidades do interior.

A iniciativa foi concretizada em dezembro de 2016 pelo Juiz José Guilherme Xavier Milanezi, da comarca de Iporã, município da região noroeste do Paraná, em função do grande número de processos envolvendo abuso sexual de diversas crianças de uma escola.

“Comecei a me questionar sobre qual seria o tratamento psicológico dado a essas crianças, já que hoje existem campanhas com objetivo de evitar o abuso infantil e o cuidado da Justiça com o depoimento especial das crianças durante a ação, mas não há um acompanhamento da situação da vítima após o processo”, diz o juiz Milanezi.

“Enxugue essa Lágrima” conta, atualmente, com 50 vagas para atendimento de crianças em quatro universidades – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Tuiuti do Paraná, Uniandrade e UniBrasil -, mas convênios com universidades do interior do Estado já estão em andamento. As crianças podem ser encaminhadas para atendimento nas universidades tanto pelo Ministério Público, quanto pelos juízes, independentemente da fase processual – ou seja, ainda que o processo envolvendo o fato não tenha transitado em julgado ou que o abuso não tenha sido comprovado.

A equipe que presta o atendimento às crianças é formada por alunos de psicologia supervisionados sempre por professores, e com possibilidade de encaminhamento para consultas em outras áreas da universidade, como nutrição e pedagogia. Para o juiz Milanezi, o atendimento multidisciplinar é importante já que o abuso pode desencadear o desequilíbrio em outras áreas, acarretando, por exemplo, na obesidade infantil. “Se não houver tratamento, a condenação da criança é perpétua”, diz o juiz Milanezi.

Depoimento especial – Os casos de abuso sexual em crianças foram o principal fator para a criação das salas de depoimento especial nas varas de infância, cuja instalação foi prevista

pela Recomendação n. 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esses espaços adaptados para entrevistas tem o objetivo de proteger a criança evitando o aumento do seu sofrimento, e já foram instalados por pelo menos 23 Tribunais de Justiça (85%), segundo levantamento do CNJ feito em julho de 2016.

Nas salas de depoimento especial são aplicados estrutura e método especializados de acolhimento. Em vez do juiz, um servidor treinado ouve a vítima no espaço equipado com aparato de gravação e transmissão. O vídeo é transmitido em tempo real para o local onde estão juiz, promotor e advogado do réu.

Além desse ato normativo, outras iniciativas direcionadas a crianças e adolescentes foram encampadas pelo CNJ, como a criação do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) por meio da Resolução n. 231/2016, e a determinação para que os tribunais criem as coordenadorias da infância e na juventude, estabelecida na Resolução n. 94/2009.

Assunto: Brasil tem 2,6 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, diz estudo

Fonte: Portal G1 PE

Data: 21/03/2017



O Brasil tem 2,6 milhões de crianças e adolescentes (entre 5 e 17 anos) em situação de trabalho infantil, segundo levantamento feito pela Fundação Abrinq. O panorama nacional da infância e adolescência é lançado nesta terça-feira (21) pela organização sem fins lucrativos que promove a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A pesquisa ainda aponta um aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos em situação de trabalho infantil, e redução de 659 mil crianças e adolescentes na faixa de 10 a 17 anos na comparação entre os anos de 2014 e 2015 – segundo dados da Pnad 2015.

A maior parte delas encontra-se nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo que, proporcionalmente, a Região Sul lidera a concentração desse público nessa condição.

A compilação reúne os dados mais recentes no tema, disponibilizados em órgãos como IBGE, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Disque Denúncia, entre outros.

Pobreza

O “Cenário da Infância e Adolescência – 2017” também revela que 17,3 milhões de crianças de 0 a 14 anos, equivalente a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária, vivem em domicílios de baixa renda, segundo dados do IBGE (2015).

Entre as regiões que apresentam a maior concentração de pobreza (pessoas que vivem com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a meio salário mínimo), o Nordeste e o Norte do País continuam apresentando os piores cenários, com 60% e 54% das crianças, respectivamente, vivendo nessa condição.

O guia também traz números sobre o que é considerado como “extrema pobreza”, isto é, crianças cuja família tem renda per capita é inferior a ¼ de salário mínimo: 5,8 milhões de habitantes (13,5% da população) de 0 a 14 anos de idade.

A publicação chama a atenção sobre o fato de as regiões que mais concentram crianças e adolescentes no Brasil apresentarem, justamente, os piores indicadores sociais. No Norte do país, 25,5% dos bebês dos nascidos são de mães com menos de 19 anos.

Violência

De acordo com o estudo, quase 18,4% dos homicídios no país são praticados contra crianças e adolescentes. Pouco mais de 80% deles com armas de fogo.

A região Nordeste concentra a maior proporção de homicídios de crianças e jovens por armas de fogo e supera a proporção nacional em 5,4 pontos percentuais.

Assunto: PM recaptura 11 internos que tinham fugido durante tumulto em unidade da Funase na Zona da Mata de PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 21/03/2017



A Polícia Militar recapturou os 11 internos que tinham fugido durante um tumulto no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Vitória de Santo Antão, unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco. A fuga ocorreu durante uma confusão na tarde desta segunda-feira (20).

Durante o tumulto, um adolescente ficou ferido, mas passa bem, segundo a assessoria de imprensa da Funase. "Ele foi levado para o Hospital João Murilo de Oliveira, em Vitória de Santo Antão, de onde já recebeu alta médica", informa a nota da Funase enviada para a imprensa.

O caso será investigado pela Polícia Civil após um Boletim de Ocorrência ter sido registrado na delegacia do município. O tumulto e a fuga também serão apurados pela Funase, que informou que abrirá uma sindicância através de sua Corregedoria.

Rebelião

Uma rebelião na Case Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife, na noite do domingo (19) deixou um adolescente de 17 anos morto. De acordo com a Funase, dez jovens suspeitos de envolvimento direto na morte da vítima foram identificados por meio das imagens das câmeras de circuito interno da unidade e encaminhados ao Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP). Dois deles eram maiores de idade e foram levados para o Centro de Observação e Triagem Everardo Luna (Cotel).

Assunto: Plano para Funase está atrasado

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 21/03/2017

jornal do commercio

<Previsto para ser finalizado em janeiro, o plano emergencial para amenizar a precária situação do sistema socioeducativo no Estado deverá ser apresentado à sociedade apenas em abril. Após mais uma rebelião com morte em uma unidade de internação – um jovem foi assassinado no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Abreu e Lima, no Grande Recife, na noite de domingo –, representantes do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente foram ontem ao governo do Estado pedir a adoção de medidas para impedir situações semelhantes. Segundo dados do Gajop, nos últimos cinco anos, 42 adolescentes foram mortos em motins nas 25 unidades de Pernambuco.

O plano foi anunciado no início de novembro de 2016, quando o advogado Roberto Franca assumiu a presidência da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), e foi motivado por duas violentas rebeliões ocorridas em um espaço de apenas cinco dias. Em 25 de outubro, quatro internos foram mortos no Case de Timbaúba, Zona da Mata. No dia 30 do mesmo mês, aconteceu o mais brutal motim da história do sistema: sete adolescentes foram assassinados no Case de Caruaru, no Agreste. Um deles, decapitado, e outros, queimados vivos. No dia seguinte à tragédia, o governador Paulo Câmara designou Franca para a presidência da Funase.

Após reunião de duas horas com o hoje secretário estadual de Desenvolvimento Social – assumiu a pasta em janeiro deste ano – Roberto Franca no início da noite de ontem, o presidente do Conselho, Eduardo Figueiredo, explicou que o projeto deverá ser apresentado na próxima reunião ordinária da entidade, no dia 10 de abril. “O documento está pronto, e algumas medidas, como a contratação de agentes socioeducativos e algumas obras estruturais já estão sendo tomadas”.

Assunto: CNDH já constatava “cenário de violações de direitos humanos e atentado à vida” em unidades do Sistema Socioeducativo de Pernambuco

Fonte: Secretaria Especial de Direitos

Data: 21/03/2017



O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) torna público nesta segunda-feira (20) o Relatório Final da missão realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2016 ao Estado de Pernambuco, com o objetivo de acompanhar a ocorrência de violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo do Estado, após sequências de violações, rebeliões e mortes de adolescentes. Os ofícios com as recomendações aos órgãos do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual com responsabilidade sobre o tema já foram enviados formalmente pelo colegiado.

Segundo o CNDH, só entre os anos de 2012 e 2016, 40 adolescentes foram mortos em unidades socioeducativas de Pernambuco. Neste mês de março, ocorreram mais duas mortes de adolescentes, a última delas na noite deste domingo (19), no Centro de Atendimento Socioeducativo Abreu e Lima, situado na região metropolitana de Recife.

De acordo com o Relatório, a missão constatou “cenário de total desestruturação do sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco, uma crise permanente, que se arrasta há anos, e que demanda respostas imediatas, de curto, médio e longo prazo”, que já vinha sendo denunciado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Pernambuco, por organizações locais ligadas à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelo próprio CNDH.

Para o conselheiro Everaldo Patriota, coordenador da missão, o sistema socioeducativo de Pernambuco contraria completamente o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). “Além dos maus-tratos, do tratamento desumano e violento, nós observamos a ausência de atividades socioeducativas que possibilitariam a esses adolescentes uma perspectiva de ressocialização e educação, como prevê o ECA”, declara Patriota.

Recomendações

De acordo com o conselheiro Julian Rodrigues, relator da missão, “para mudar este cenário de violações de direitos humanos e atentado à vida que temos hoje nas unidades da FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco), são necessárias ações firmes por parte do governo estadual, em diálogo com o legislativo, com os municípios, com o Ministério Público, Defensoria e, sobretudo, com o Poder Judiciário”, afirma Julian, que lembra não se tratar de um problema isolado, já que em todo o Brasil podem ser constatadas graves violações dos direitos de crianças e adolescentes no sistema socioeducativo.

Dentre as recomendações, o Conselho propõe a criação de agenda colaborativa de reestruturação do sistema socioeducativo de Pernambuco, com a participação do Executivo federal, estadual, municipais, Ministério Público, Defensoria, Poder Legislativo estadual, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

O CNDH também recomenda, ao Governo do Estado, o afastamento e responsabilização de diretores e agentes denunciados por maus tratos e tortura, com as devidas investigações e apurações; a desativação progressiva de unidades que não são compatíveis com as diretrizes da Lei do SINASE, como as de Caruaru e Abreu e Lima e investimento em reformas, adaptação e reestruturação das unidades da FUNASE.

Também foram reiteradas as recomendações do relatório temático “Uma análise sobre as unidades de atendimento socioeducativo de medidas de internação e de internação provisória”, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco, de dezembro de 2015.

A missão

A missão foi composta por conselheiros do CNDH e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por membros do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), organização pernambucana que apresentou a denúncia junto ao CNDH, e por representantes de organizações nacionais e estaduais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A programação da missão incluiu visita a duas unidades socioeducativas (unidade de Caruaru e unidade de Abreu e Lima), reunião com reuniões com autoridades locais, com a Rede Estadual de Atenção à Criança e ao Adolescente, e audiências públicas com diversos setores da sociedade em busca de soluções par ao problema.

Sobre o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é um órgão de Estado com composição paritária – formado por 11 representantes do poder público e 11 da sociedade civil – que existe há mais de 50 anos para promover e defender os Direitos Humanos no Brasil. Atualmente, é presidido pelo conselheiro representante da Plataforma Dhesca Brasil (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), Darci Frigo.

Instituído inicialmente pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ele foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, que tornou o colegiado mais democrático, ampliando a participação da Sociedade Civil.

O CNDH é o mais antigo colegiado do país que, em seus cinquenta anos existência, realizou mais de 200 reuniões ordinárias – espaço onde o Plenário do Conselho discute e encaminha ações voltadas para a promoção e defesa dos Direitos Humanos – e formou cerca de 100 comissões especiais e subcomissões para tratar de temáticas específicas, como: direitos da população em situação de rua; direitos de indígenas, quilombolas, populações afetadas por grandes empreendimentos e trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários; direitos da população em situação de privação de liberdade, entre outros.